

## Introdução

Juarez Rubens Brandão Lopes

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LOPES, JRB. *Brasil, 1989: um estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Introdução. pp. 1-3. ISBN: 978-85-99662-75-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## Introdução

Neste trabalho eu procuro traçar um quadro da pobreza urbana no Brasil contemporâneo, com a precisão permitida pelos dados de pesquisas de amostragem de domicílios<sup>1</sup>. Para isso eu utilizo da abordagem das linhas de pobreza<sup>2</sup>.

No caso do Brasil, interessa que este quadro, além de indicar as proporções e características demográficas e sócio-econômicas das populações pobres para o conjunto do país, inclua também as variações nessas características para as diversas regiões. Para tanto faz-se necessário usar linhas — nos níveis de indigência e no de pobreza<sup>3</sup> — diferentes para

---

<sup>1</sup> Utilizo, principalmente dados da Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição – PNSN, feita em 1989. Este levantamento de dados foi patrocinado pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e executado com a colaboração técnica do IBGE e do IPEA. Na sua parte básica, as informações que o PNSN fornece são basicamente comparáveis às das PNADS (Pesquisas Nacionais de Amostra de Domicílios do IBGE). Agradeço críticas e sugestões de Philip Fletcher, Vilmar Faria, Sonia Rocha e Ricardo Paes de Barros, bem como idéias que surgiram nos debates sobre a pesquisa na Coordenadoria de Política Social do IPEA (Brasília). Sou grato também a Stella Silva Telles e Karla Silva pela competente programação e preparo de tabelas. É claro que essas pessoas e instituições não têm qualquer responsabilidade pelas análises ou interpretações aqui apresentadas, as quais cabem tão somente ao autor deste trabalho.

<sup>2</sup> Estes estudos têm uma longa linhagem desde as primeiras pesquisas realizadas em York na Inglaterra, por Rowntree (1901 e 1941), no início do século. Nas últimas décadas esta metodologia ganhou contornos nítidos, a partir das análises feitas na CEPAL, por Oscar Altimir (1979). No Brasil, durante muito tempo, as análises da pobreza permaneceram metodologicamente toscas, centrando-se nas proporções e características das famílias cuja renda familiar situava-se abaixo de certo número de salários mínimos. Isso fazia, por exemplo, que comparações temporais e inter-regionais fossem extremamente precárias. Nos últimos anos o approach das linhas da pobreza começou a ganhar adeptos [ver entre outros estudos recentes os de Lopes e Gottschalk (1990). Rocha (1988 e 1991) e o de Romão (1991)].

<sup>3</sup> No presente estudo, utilizei de linhas de indigência (valores per capita que cobrem apenas os gastos com a alimentação) e de pobreza (valores per capita para fazer face a todas as necessidades básicas, alimentares e não alimentares), obtidas a partir de adaptações dos dados calculados por Sonia Rocha (1991), usando também os quadros organizados — a partir do ENDEF (Estudo Nacional de Despesa Familiar, realizado pelo IBGE em 1974/5) — por Vera Lucia Fava (1984). Os grupos de domicílios separados por essas linhas são indicados nas tabelas pelas letras I (Indigentes), Pn (Pobres não Indigentes), e NP (Não

as grandes regiões brasileiras, já que são diversas as suas estruturas de consumo e os custos de vida.

Uma coisa chamou-me logo a atenção nas análises da pobreza, qual seja a rápida mudança nas suas proporções com as mudanças das condições econômicas gerais ocasionadas pela conjuntura econômica. Numa perspectiva comum aos sociólogos, eu tendo a pensar a pobreza como algo relativamente estável, que só muda lentamente com a melhoria ou a piora das condições econômicas. Assim, um foco de interesse deste trabalho é a procura de um componente estrutural na proporção total de pobres. Para isso utilizei um indicador direto de necessidades básicas insatisfeitas. Este indicador foi usado como complemento da abordagem indireta da satisfação dessas necessidades, através do cotejo da renda domiciliar per capita com as linhas de indigência ou de pobreza.

Este indicador baseia-se na combinação de certas características físicas da habitação que apontam para más condições sanitárias, com um índice de alta densidade por dormitório, bem como com outro índice de condições sociais desfavoráveis (não frequência à escola por crianças de 7 a 11 anos)<sup>4</sup>. O seu uso possibilita a classificação dos domicílios em dois grupos, aqueles que têm necessidades básicas insatisfeitas e aqueles que não as têm (NBI e NBS).

O cruzamento das duas dimensões — a que separa a população segundo linhas de pobreza e a que a agrupa segundo a satisfação ou não de necessidades básicas — permite uma análise mais acurada da questão da pobreza, e do seu componente de pobreza estrutural ou crônica.

A exposição dos resultados deste estudo está organizada da seguinte maneira. Na primeira parte apresenta-se uma brevíssima história da diferenciação regional do país desde o seu passado como economia escravista exportadora de produtos primários, bem como um relato das vicissitudes das desigualdades regionais, nas várias fases do desenvolvimento industrial do país. Segue-se um retrospecto da evolução

---

Pobres). No fim deste trabalho, no "Anexo Metodológico", estão detalhadas as operações realizadas para chegar ao conjunto de linhas para cada região, bem como acham-se informações sobre outros indicadores que foram utilizados, destacando-se o de necessidades básicas mencionado logo a seguir no texto.

<sup>4</sup> Mais detalhes acham-se anotados no "Anexo Metodológico".

das taxas de pobreza, no país como um todo e nas suas regiões, nas últimas décadas, e, com mais vagar, durante os anos 80, utilizando-se de dados dos estudos já mencionados de Sonia Rocha e de Maurício Romão (ambos, grosso modo, comparáveis, já que feitos com a mesma metodologia).

Prossegue-se, depois, com a análise da pobreza no país como um todo, utilizando primeiro apenas os cortes representados pelas linhas de indigência e pobreza, para mostrar as proporções de domicílios nos vários níveis e os seus perfis demográficos e sócio-econômicos. O esforço é no sentido, de um lado, de visualizar quem são os pobres nos vários níveis, como grupos concretos. E, do outro, de tentar-se identificar os vários co-determinantes das condições de pobreza: na estrutura sexo-idade dos membros do domicílio, na situação das qualificações de sua força de trabalho (principalmente nos seus níveis educacionais) e na quantidade de empregos que conseguem, para terminar aquilatando a qualidade dos mesmos empregos.

Ainda nessa parte, com o cruzamento já mencionado, de linhas de pobreza com a dicotomização dos domicílios segundo têm ou não necessidades básicas insatisfeitas (NBI), procuro examinar até que ponto delimita-se, assim, uma situação de pobreza crônica, com um perfil demográfico e sócio-econômico bem distinto e característico.

Na segunda parte do trabalho, focalizo as diferenciações regionais de pobreza. O que se procura aí não é simplesmente repetir a análise feita para o total do país para cada uma das suas grandes regiões separadamente<sup>5</sup>. A finalidade é, sim, de por meio de quadros mais sintéticos procurar identificar as formas por ventura específicas de como nelas (ou em subconjuntos delas) se manifestam a pobreza e a miséria. Algumas indicações foram encontradas na direção de, mais do que subsistirem, estarem sendo recriados dois brasis.

---

<sup>5</sup> A Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição feita em 1989 pelo INAN/IPEA/IBGE, embora, no essencial, como dissemos, semelhante às PNADS, foi baseada numa amostra menor (17.920 domicílios e 63.213 pessoas no Brasil inteiro). Principalmente por essa razão achei conveniente, muitas vezes, agrupar as regiões Norte e Centro-Oeste urbanas, numa única unidade de enorme área mas de população relativamente rarefeita, e contrastá-la com outra que juntava as populações urbanas do Sul e do Sudeste.